IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA NA PERSPECTIVA DA TRADIÇÃO BRASILEIRA

ARCHIVE ID: GRANTS FOR CONSTRUCTION OF THEORETICAL METHODOLOGY OF TRADITION IN BRAZILIAN PERSPECTIVE

Ana Célia RODRIGUES
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense
anyrodrigues@yahoo.com.br

Resumo
A identificação é uma tarefa de pesquisa sobre a gênese do documento de arquivo, desenvolvida no início do tratamento documental para definir requisitos normalizados de planejamento das funções que sustentam o tratamento técnico documental, seja no momento da produção ou da acumulação (produção, classificação, avaliação e descrição). Esta pesquisa tem por objetivo lançar bases teóricas para caracterizar a identificação como função independente no âmbito da metodologia arquivística, sistematizando-a na perspectiva da tradição arquivística brasileira. Nesse sentido, aliará uma dimensão teórica a uma dimensão aplicada. Do ponto de vista teórico, busca-se especificamente analisar a dimensão conceitual da identificação no contexto das metodologias arquivísticas e sistematizar seus procedimentos, servindo como referencial metodológico para a realização de praticas arquivísticas desenvolvidas no Brasil. Na dimensão aplicada, tem por objetivo desenvolver estudos de caso de identificação arquivística no âmbito de programas de gestão de documentos e tratamento de massas documentais acumuladas em arquivos, verificando a aplicabilidade dos princípios teóricos e metodológicos da identificação. Como estudo de caso de identificação vem sendo desenvolvido o projeto de pesquisa "Identificação arquivística: utilizando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Rio de Janeiro", projeto financiado pelo Programa Jovem Pesquisador UFF 2009. Neste estudo, são aplicados os parâmetros da diplomática contemporânea para a identificação da tipologia documental, objetivando a normalização de procedimentos para classificar e avaliar os documentos das Secretarias de Fazenda e de Planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Projeto de Gestão de Documentos (PGD), através de parceria institucional estabelecida entre o Arquivo Público do Estado/Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense. Recortes temáticos dessa pesquisa vêm sendo abordados no âmbito de projetos de TTC em Arquivologia, PIBIC e do Mestrado em Ciência da Informação da UFF, integrando a produção do Grupo de Pesquisas "Gênese Documental Arquivística", UFF/CNPq.

Palavras-chave
Arquivística. Metodologia Arquivística. Identificação Arquivística. Tipologia Documental. Diplomática Contemporânea.

Abstract

Identification is a task of research on the genesis of the record developed at the beginning of the documentary to set standard requirements of the planning functions that support the technical processing of documents, either at the production or accumulation (production, classification, evaluation and description). This research aims to launch a theoretical basis for identifying and characterizing the independent function within the archival methodology, systematizing it in the perspective of the archival tradition in Brazil. In this sense, an allied theoretical dimension to a dimension applied. From the theoretical point of view, we seek to specifically examine the conceptual dimension of identification in the context of archival methodologies and systematize its procedures, serving as a methodological framework for conducting archival practices developed in Brazil. Dimension in applied, aims to develop case studies of identification in the context of archival programs, document management and mass treatment of documents accumulated in files, checking the applicability of the theoretical and methodological principles of identification. As a case study has been developed to identify the research project "Archival Identification: Using the contemporary diplomatic and methodological foundation in the Document Management Program of the Government of Rio de Janeiro", a project funded by the Young Investigator 2009 UFF. In this study, we applied the parameters of contemporary diplomatic to identify the document type, aiming at standardization of procedures for classifying and evaluating the documents of the Secretaries of Finance and Planning of the State Government of Rio de Janeiro under the Project Management Documents through an institutional partnership established between the Public Archives of State / Government of the Civil House of the State of Rio de Janeiro and Fluminense Federal University. Scraps theme of this research have been addressed in the context of projects in Archival TTC, PIBIC and the Masters in Information Science from the UFF, integrating the production of the Research Group "Genesis Document Archival," UFF/CNPq.
Keywords
Archival. Archival methodology. Archival Identification. Typology documentary. Diplomatic contemporary.

1 INTRODUÇÃO

A aparição do termo identificação na literatura arquivística remonta aos anos 80, como resultado de experiências metodológicas desenvolvidas por grupos de arquivistas que se formaram em países ibero-americanos para solucionar problemas de acumulação de documentos em arquivos, contexto em que se inserem as práticas espanholas e brasileiras, nosso objeto de estudos. Na Espanha, nos anos 90, o conceito foi incorporado pelo Diccionário de Terminologia Archivística, resultando na publicação de artigos e manuais especializados. No Brasil, o conceito aparece no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado em 2005. Ambos se referem à identificação como fase do processamento técnico, de tipo intelectual, que

tem por objeto de estudos o órgão produtor e os documentos gerados no exercício de suas atividades. O conhecimento produzido nesta fase de pesquisa fica registrado em instrumentos específicos e fundamentam o desenvolvimento das funções de planejamento da produção, classificação, avaliação e descrição de documentos de arquivo.

Muitas inovações nos métodos de trabalho arquivístico apareceram no período como resultado das experiências desenvolvidas. Os processos de identificação, seu objeto e metodologia foram alvo de debates em reuniões profissionais e mereceram a atenção de pesquisadores da área, por praticamente uma década. As experiências realizadas no âmbito de sistemas de arquivos na Espanha geraram estudos teóricos e aplicações práticas que acabaram destacando o país no panorama arquivístico internacional.

Na Espanha, as discussões sobre a normalização dos processos de identificação de documentos de arquivo, para o controle da acumulação ou planejamento da gestão, abriram perspectivas que influenciaram a arquivística ibero-americana e, neste contexto, a do Brasil.

2 IDENTIFICAÇÃO COMO PESQUISA CIENTÍFICA EM ARQUIVÍSTICA

A identificação é uma tarefa de pesquisa sobre a gênese do documento de arquivo, desenvolvida no início do tratamento documental para definir requisitos normalizados de planejamento das funções que sustentam o tratamento técnico documental, seja no momento da produção ou da acumulação (planejamento da produção, classificação, avaliação e descrição). No âmbito da gestão documental a pesquisa discute especialmente a identificação de documentos desenvolvidos nos parâmetros da diplomática contemporânea (ou tipologia documental) como base para a padronização de tipologias para produção de documentos e funcionamento de sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos (GED).

Esta pesquisa requer a busca de informações, em fontes especificas, sobre o órgão produtor (contexto) e os documentos (tipologia documental), seja em fase de produção e/ou acumulação, “elementos que caracterizam este contexto, no desempenho de competências e funções específicas deste órgão produtor e da

tipologia documental, que registra os procedimentos administrativos realizados para cumpri-las" (CARMONA MENDO, 2004, p. 40).

Esta fase da metodologia arquivística denominada *identificação*, consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e os vínculos que mantém com o órgão que o produziu, seja em fase de produção ou de acumulação. Neste sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental.

O documento de arquivo é produzido de forma involuntária, criado no decurso de uma atividade. É o resíduo material da ação que lhe dá origem. É a própria ação "autodocumentada", como o define Menne-Haritz (1998). "Uma ação é qualquer exercício de vontade que objetiva criar, mudar, manter ou extinguir situações", e constitui o núcleo do documento, ressalta Heather MacNeil (2000, p. 93). Desta característica essencial, inerente a sua gênese, decorre sua natureza probatória.

A identidade do documento de arquivo se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos. Estes caracteres são estudados do ponto de vista da diplomática e também da arquivística, por autores como Luciana Duranti, Schellenberg e Vicenta Cortés Alonso, entre outros.

Esta capacidade de provar o fato que lhe dá origem é resultado da especial relação que o documento possui com o órgão que o produz, o vinculo que se revela no conteúdo pela atividade registrada, que constitui o núcleo de sua identidade. O vínculo arquivístico, tão bem discutido por Luciana Duranti (1997), é o componente essencial do documento de arquivo, que revela sua verdadeira natureza, que determina sua identidade, pois é definido pela sua ligação com o órgão produtor.

O procedimento da identificação é realizado a partir de um conjunto de atividades integradas, com uma unidade metodológica e desenvolvidas na seguinte ordem: primeiro identifica-se o "organismo produtor (evolução orgânica e competências administrativas), elemento funcional (competências, funções e atividades), tipo documental (procedimento administrativo e trâmite) e delimitação da série documental" (TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO, 2000, p.14).

Assim, a pesquisa é realizada em duas etapas e consiste em:

1. Identificação do órgão produtor: contexto onde os documentos de arquivo são produzidos.

a) Elemento orgânico: órgão produtor dos documentos.

b) Elemento funcional: representado pelas funções e atividades administrativas desempenhada pelo órgão, em virtude da competência que tem a seu cargo e que compõe a serie documental. (MOLINA NORTES; LEYVA PALMA, 1996, p.158)

2. Identificação do tipo e delimitação da série documental: levantamento de informações sobre os elementos que caracterizam os documentos de arquivo, o *tipo documental*. Momento em que se estudam os caracteres internos e externos dos documentos, elementos de identidade que se refere a sua estrutura física (gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (função, atividade), para denominar o tipo e a série documental. A série documental constitui o objeto de estudo da arquivística e sobre ela versa toda proposta de tratamento técnico.

Os dados obtidos são registrados em instrumentos próprios de cada etapa que fornecem os parâmetros teóricos para as análises que serão realizadas nas outras fases da metodologia arquivística, ou seja, avaliação, organização e descrição.

A identificação pode ser desenvolvida durante todas as fases do ciclo de vida dos documentos, podendo, portanto, incidir sobre o momento de sua produção, para efeito de implantação de programas de gestão de documentos, ou no momento de sua acumulação, para controlar fundos transferidos ou recolhidos aos arquivos, no âmbito dos sistemas de arquivo.

No âmbito dos processos de identificação interessa verificar como a identificação de tipologias documentais esta relacionada com as atuais discussões em torno da teoria e da metodologia da diplomática.

É também nestes anos 80, a partir dos modernos estudos arquivísticos que a diplomática ressurge, “reinventada”, para alguns, ou “adaptada”, para outros, com o objetivo de aplicar os princípios teóricos e metodológicos aos documentos de arquivo.

A Diplomática é uma metodologia analítica de investigação que não se fixa preliminarmente no conhecimento dos órgãos produtores, mas nos procedimentos administrativos de criação dos documentos, sem desconsiderar, entretanto, as estruturas organizacionais e a competências a elas atribuídas. O estudo do documento

é tomado como referencia, porque ele “fala por si mesmo”, refletindo as relações expressas entre a forma documental e o contexto administrativo de sua produção, conhecimento que fundamenta o desenvolvimento das funções arquivísticas em qualquer momento do ciclo de vida documental.

Paola Carucci define a diplomática como a “disciplina que estuda o documento singular ou, se preferirmos, a unidade arquivística elementar, o documento, mas também o arquivo, o registro, analisando, sobretudo, os aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos, tanto na sua formação quanto nos seus efeitos”. A análise diplomática do documento associa-se, portanto ao “conhecimento dos modos nos quais se forma a vontade expressa no ato jurídico e o conhecimento da forma na qual o ato se manifesta, isto é, das características próprias do documento em cujo ato é representado” (CARUCCI, 1987, p. 27). A autora ressalta que os requisitos para os estudos diplomáticos que foram identificados na critica os documentos medievais continuam válidos para a diplomática dos documentos modernos e contemporâneos, sobretudo agora que no ambiente eletrônico exige a identificação do documento arquivístico no interior do sistema de informação (CARUCCI, 1994, p. 65).

No Canadá, Luciana Duranti examina os princípios e conceitos desenvolvidos pelos teóricos diplomatistas para avaliar a autenticidade de documentos medievais, verificando se poderiam ser adaptados para analisar documentos produzidos pela burocracia moderna. O foco de sua preocupação teórica é a aplicação do método diplomático para o planejamento da produção dos documentos eletrônicos e a análise do valor probatório que eles apresentam. A autora a qualifica como *diplomática arquivística*, disciplina que “estuda *o que é*, e *o que vem a ser* os documentos, a relação estabelecida com o seu produtor e os fatos neles representados”, conceituando-a como “estudo das formas e dos processos de formação dos documentos de arquivo” (DURANTI, 1995, p.1).

Nestes anos 80 a Espanha também se destaca no movimento de renovação teórica da diplomática, produzindo importantes estudos teóricos e de diplomática especial aplicados aos documentos administrativos, contexto no qual se destacam as contribuições Manuel Romero Tallafigo, Antonia Heredia Herrera, Vicenta Cortés e do Grupo de Trabalho dos Arquivistas Municipais de Madri, preocupados por definir o que

entendemos por documento de arquivo e em identificar as partes que o integram, elencando seus caracteres internos e externos.

Vicenta Cortés Alonso coordenou o Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, pioneiro em aplicar a metodologia para a identificação de tipologias de documentos públicos para a realização de tarefas arquivísticas. O grupo inova ao aplicar a perspectiva genético-comparativa preconizada pela diplomática clássica, para identificar as séries acumuladas em arquivos e a partir da comparação com as atuais, normalizar as séries documentais para efeitos de tratamento arquivístico. A partir destes resultados inicia-se um movimento de formação de grupos de trabalhos na área. Outras iniciativas foram surgindo, adaptando o modelo às circunstancias e especificidades das administrações estudadas.

No Brasil os textos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto (1982 e 1990) são considerados como referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora, foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país. Esta autora traz para os estudos diplomáticos, a diferença entre *espécie documental* e *tipo documental*, o que não tinha sido abordado antes por outros autores. Esta diferença foi aplicada metodologicamente, nos trabalhos preparatórios de instrumentos de gestão, tais como as tabelas de temporalidade do Sistema de Arquivos da USP, do Governo do Estado de São Paulo, do Arquivo Público Municipal de Campo Belo, com êxito e atualmente vem sendo aplicada como metodologia básica para o Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sob nossa orientação.

A identificação, enquanto pesquisa realizada sobre os documentos de arquivo é efetuada com metodologia preconizada pela diplomática contemporânea, que confere ao trabalho arquivístico a dimensão da qualidade científica.

3 A CONSTRUÇÃO DO TERMO E DO CONCEITO DE IDENTIFICAÇÃO

Na década de 80, o problema comum compartilhado pela arquivística ibero-americana era a acumulação de documentos em depósitos de arquivos. Produto das experiências desenvolvidas em arquivos dos países envolvidos, o conceito de identificação e o método analítico que o sustenta foram construídos no interior do

Grupo Ibero-Americano de Tratamento de Arquivos Administrativos, do qual participavam Espanha, Portugal, Brasil, México e Colômbia. O grupo estabelece as bases metodológicas da identificação e formula o conceito, caracterizando-a como fase independente no âmbito das metodologias arquivísticas, "antecedendo a avaliação e, ambas prévias a descrição no tratamento de fundos" (CONDE VILLAVERDE, 1991, p.17).

Este enfoque sob a metodologia da identificação vista como função independente no âmbito do processamento técnico, marcou a arquivística de países ibero-americanos. Pode-se verificar a influência desta corrente nos dicionários de terminologia arquivística e nas concepções de manuais de normas e procedimentos para a classificação e avaliação, publicados em 2004 pelos arquivos nacionais do México e Colômbia, para citar alguns exemplos.

Na Espanha, José Luís La Torre Merino e Mercedes Martín-Palomino y Benito (2000, p. 11, grifo nosso), no manual "Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales", publicado em 2000, pela Escuela Iberoamericana de Archivos, em Alcalá Henares, sintetizam esta perspectiva ao afirmarem que "esta metodologia não significa uma mudança na tradição arquivística espanhola, senão a *individualização e sistematização* de uma série de tarefas, entre elas a *identificação* e avaliação de fundos documentais."

Em 1992, Maria Luisa Conde Villaverde, lança as bases do conceito, afirmando que se entende por identificação a "fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo" (CONDE VILLAVERDE, 1991, p.18) e em 1993, esta definição é incorporada pelo Diccionario de Terminologia Arquivística espanhol.

Entretanto, a aparição do termo identificação na literatura arquivística espanhola, num primeiro momento deu lugar a alguma confusão, já que não se localizava corretamente sua posição no contexto das tarefas arquivísticas.

Alguns autores afirmaram que era uma fase de tratamento anterior à classificação, como para dicionário de termos arquivísticos do Serviço Regional de Arquivos da Comunidade de Madri (s/d), onde consta a seguinte definição de identificação:

> Uma operação previa a classificação que conduz ao conhecimento do órgão, das unidades administrativas, que produzem os documentos e suas funções, leis e atos normativos, que o originaram, tipos documentais e séries documentais produzidas no exercício de suas funções.

Ou ainda para Molina Nortes; Leyva Palma (1996, p.72).

> Dentro desta fase da identificação se esta procedendo à classificação intelectual do fundo documental. Ou seja, com todo este material recolhido na fase da identificação, se pode elaborar um quadro de classificação que serve para dotar a documentação de uma estrutura sistemática que seja reflexo do funcionamento do órgão produtor.

Merecem referência neste sentido os trabalhos de La Torre Merino e Martín-Palomino y Benito (2000), Alberch i Fugueras (2004) e Carmona Mendo (2004), grupo de autores espanhóis para os quais a identificação é considerada a primeira fase da metodologia arquivística que tem por finalidade o tratamento de fundos (administrativos ou históricos), através do "conhecimento dos elementos que constituem a série documental", para estabelecer os critérios de organização do fundo (elaboração do quadro de classificação e a ordenação de suas séries documentais) propondo as bases para a avaliação e descrição (CONDE VILLAVERDE, 1992, p. 43). Compete ao arquivo central a identificação de fundos, devendo compartilhar com o arquivo intermediário a avaliação. "A identificação se realizará preferencialmente sobre fundos administrativos, ainda que se possa realizá-la sobre fundos considerados históricos", destacam Torre Merino e Martín-Palomino y Benito (2000, p.13).

No início a utilização desta terminologia não implicou numa mudança de propostas arquivísticas, senão que simplesmente era usada pelos autores como sinal de modernidade, como ressalta López Gómez (1998). O tempo foi consolidando esta pratica de trabalho, tornando-a definitiva no meio arquivístico espanhol. Os critérios vão sendo fixados em toda a legislação pertinente sobre sistemas de arquivos implantados no país, tendo como exemplo mais expressivo o Sistema de Arquivos Andaluz.

No Decreto 97/2000, que estabelece o Regulamento do Sistema Andaluz de Arquivos, a identificação é reconhecida como a "primeira fase do tratamento arquivístico, que consiste na análise da organização e das funções das pessoas físicas

ou jurídicas, publicas ou privadas e das séries documentais que produzem como base para a avaliação documental e para a organização e descrição arquivísticas. A identificação é obrigatória para qualquer fundo documental e deverá se feita, preferencialmente, nas áreas de produção documental" (art. 27). Define ainda os objetivos da identificação e avaliação na gestão documental, que permitirá "estabelecer as propostas de normalização, realizadas pelo arquivista em colaboração com os organismos gestores que afetarão as nomenclaturas das séries acumuladas, examinando seus procedimentos administrativos, a sua descrição e seu tratamento informático" (art. 30). Os formulários que foram utilizados para os estudos de identificação e avaliação aprovados pela Comissão Andaluza Qualificadora de Documentos Administrativos.

A Espanha registra numerosas iniciativas de criação de grupos de trabalho para identificar e avaliar documentos de arquivo. No âmbito municipal outras propostas se destacam, "com forte personalidade", apresentando resultados que somados se traduzem numa "verdadeira teoria da gestão de documentos em âmbito local", como afirma Pedro López Gómez (1998).

O Brasil participou do movimento internacional iniciado na década de 80, contribuindo com suas experiências e reflexões para construção de parâmetros metodológicos da identificação.

Os projetos desenvolvidos pelo Arquivo Nacional, no período, dentro do Programa de Modernização Institucional-Administrativa, registram a mesma preocupação com a solução do problema da acumulação de fundos e da implantação de programas de gestão documental no âmbito da administração pública federal.

Por outro lado, a situação de caótica de documentos acumulados nos depósitos do Arquivo Nacional, e nos órgãos que compõe a estrutura do governo federal, justificou a criação de grupos de trabalho voltados para a solução dos problemas detectados.

Em 1981, é criado o Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI), com a finalidade de encaminhar uma solução para identificar os documentos acumulados na sede do Rio de Janeiro, pois dos "dois bilhões de documentos que compunham o acervo, 50% não estava identificado e nem era conhecido de seus usuários e dos

funcionários", como afirma Celina Moreira Franco, então Diretora Geral do Arquivo Nacional (AN. Identificação de Documentos, 1985, p.5).

O maior problema enfrentado pelo grupo, ao iniciar suas atividades, foi a ausência de padrões metodológicos capazes de fazer frente ao desafio.

> Os manuais arquivísticos internacionais não apresentavam soluções para o problema colocado – o de identificar grandes volumes documentais em arquivos públicos -, pois nos países que os elaboraram, detentores quase exclusivo da produção de conhecimento na área de arquivologia, o desenvolvimento dos arquivos impediu que tal situação se configurasse (AN. Identificação de Documentos, 1985, p.5).

Ainda no mesmo ano, é criado outro grupo de trabalho, o Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE), como objetivo de "fornecer ao Arquivo Nacional m quadro global da documentação para possibilitar a criação de uma política de recolhimento, o planejamento de uma política de transferências, bem como a implantação de um arquivo intermediário". A experiência do grupo foi apresentada no V Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1982, no Rio de Janeiro. O caráter inovador desta metodologia proposta para o "levantamento e identificação dos acervos" repercutiu no meio arquivístico brasileiro, servindo posteriormente como referencial para os trabalhos desenvolvidos pelos arquivos estaduais e municipais. (AN. Manual de Identificação, 1985, p. 7).

Através da Divisão de Pré-Arquivo, o Arquivo Nacional, elaborou o Projeto de Gestão de Documentos, com o objetivo de estabelecer uma organização sistêmica dos arquivos dos órgãos públicos federais. Entre 1984 e 1986, realizou-se uma experiência-piloto, no âmbito do Ministério da Agricultura, cujos objetivos específicos previam as etapas do programa de gestão, ou seja, o "controle da produção, a avaliação e o controle sistêmico dos arquivos correntes e intermediários, e por fim assegurar as condições adequadas para implantação de recursos automatizados". (AN. Manual de Levantamento da Produção, 1986, p.7).

Usando o termo "levantamento da produção documental", os procedimentos e os instrumentos propostos revelam a importância deste estudo prévio sobre o órgão produtor e seus documentos para efeitos de avaliação, perspectiva que caracteriza a metodologia da identificação, preconizada pela arquivística espanhola.

As propostas metodológicas decorrentes do trabalho destes grupos se transformaram em manuais, denominados publicações técnicas: “Manual para identificação de acervos documentais para a transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos” (1985) do GIFE; “Identificação de documentos em arquivos públicos” (1985) do GIFI e o “Manual de levantamento da produção documental” (1986), resultado do projeto de gestão.

Nos objetivos das referidas publicações, o termo identificação aparece como fundamento do método de analise proposto para se iniciar o futuro tratamento dos fundos acumulados - “cujo texto se destina aos arquivos públicos do Brasil que desejam dispor de uma metodologia para identificação e registro de acervos documentais produzidos e acumulados pela administração pública.” (AN. Manual de Identificação, 1985, p.5) ou para se enfrentar o desafiante trabalho de controlar os documentos no momento de sua produção, para efeito de avaliação dos conjuntos - “auxiliar aqueles que pretendem identificar os mecanismos de produção e trâmites documentais, tarefa essencial à aplicação de princípios da gestão documental” (AN. Manual de Levantamento da Produção, 1986, p. 9).

A utilização do termo, a definição dos métodos de trabalhos e a elaboração de instrumentos para se atingir as metas propostas, indicam que no Brasil esta fase de pesquisa estava sendo tratada como etapa independente e necessária ante as demais para o desenvolvimento das práticas profissionais.

> Quando a documentação não sofreu nenhum tipo de tratamento, é possível que também não estejam fisicamente arranjadas (...). Deve-se ficar claro, no entanto, que isto não implica nenhuma organização documental; *na etapa da identificação*, os documentos não sofrem qualquer arranjo físico. Esta é uma *etapa importante*, pois através da analise dos seus resultados pode-se retirar subsídios para a elaboração do modelo de arranjo (AN. Identificação de Documentos, 1985, p.8, grifo nosso).

Ao se referirem especificamente à identificação como fase do trabalho arquivístico, os integrantes do GIFI, no Arquivo Nacional, dizem que é uma “etapa necessária à organização de acervos que não tenham recebido tratamento arquivístico algum. Visa não só estabelecer maior controle sobre esta documentação, como fornecer indicadores que possam nortear a elaboração de um modelo de arranjo.

Assim é preciso reconhecer a documentação antes de organizá-la" (AN. Identificação de Documentos, 1985, p. 7).

As metodologias formuladas se somaram às discussões internacionais e foram divulgadas através de manuais, que passaram a servir de modelos para as práticas desenvolvidas nos arquivos brasileiros. Este processo culminou com a formulação do conceito incorporado pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), onde a identificação é vista como uma fase do processamento técnico dos arquivos e definida como "processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual". O controle intelectual se refere às metodologias arquivísticas usadas para tratar tecnicamente documentos acumulados em arquivos. Trata-se de um levantamento de dados sobre as características dos documentos arquivísticos para efeitos de classificação e descrição. O controle físico, se refere à dados sobre documentos acumulados em depósitos de arquivos, para fins de formulação de políticas de programas e sistemas de gestão e arquivos.

A partir dos anos 80 e durante toda a década dos 90, enquanto os arquivistas brasileiros iniciavam suas reflexões teóricas e metodológicas e o processo de sensibilização para formulação de políticas de sistemas de arquivos, foi comum o uso dos diagnósticos de arquivo. No interior destas propostas, constavam tarefas especificas de identificação de documentos.

O objetivo destes processos de identificação de documentos em fase de acumulação, preliminares a elaboração de projetos, deu origem a uma tradição no Brasil. Ana Maria de Almeida Camargo (1996, p. 11), se refere a este processo de identificação de depósitos de arquivos, como "um mapeamento necessário", que está presente na justificativa das propostas registradas pela literatura arquivística brasileira.

No Arquivo do Estado de SP, para a elaboração do diagnóstico da situação dos arquivos das Secretarias de Estado, tarefa preliminar a implantação do sistema, o "levantamento de dados", é considerado tarefa imprescindível à realização do diagnóstico.

O GIFE se referia ao processo como “identificação de acervos”, com a finalidade de “levantamento e cadastramento de acervos documentais, para o estabelecimento de uma política nacional e uniforme de arquivos”. (AN. Manual de Identificação, 1985, p.31) e o GIFI, como *identificação*, etapa necessária à “organização de acervos que não tenha recebido tratamento arquivístico algum” (AN. Identificação de Documentos, 1985, p.7).

Heloisa Liberalli Belloto (2004, p.134) também contribui para a discussão sobre a identificação, abordando procedimentos para o tratamento de massas acumuladas em arquivos, formulando requisitos para a *identificação de fundos*, tarefa que considera preliminar e que deve ser realizada “antes de qualquer outro processamento técnico, na organização no arquivo permanente”.

A partir dos textos publicados por Bellotto em 1982, e com novas abordagens em 1990, são divulgados no Brasil os estudos de análise documental desenvolvidos pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madrid e apresentados com originalidade os aspectos teóricos que fundamentam a tipologia documental.

Na Espanha, entre os anos 80 e 90, a identificação foi amplamente discutida, sistematizada e reconhecida como função autônoma por um grupo de autores, aplicada às tarefas de classificação e avaliação. O conceito foi incorporado definitivamente, resultando na publicação de artigos e manuais, que apresentam os objetivos e resultados, método de análise e instrumentos próprios desta fase da metodologia arquivística. No âmbito da arquivística espanhola, o tema da identificação vem sendo objeto de reflexão para normalização.

No Brasil, a metodologia da identificação divulgada nas publicações técnicas do Arquivo Nacional e as propostas metodológicas de identificação aplicada à fundos e tipologias documentais, presentes nos textos de Heloísa Bellotto, demonstram a efetiva participação do país neste movimento de inovação metodológica que caracterizou o período.

É um momento em que os arquivistas buscam parâmetros metodológicos para solucionar os problemas práticos encontrados nos arquivos. Luciana Duranti abre uma nova perspectiva para a arquivística, introduzindo o uso da metodologia diplomática na reflexão sobre o momento da produção do documento. Os arquivistas espanhóis,

como Vicenta Cortés Alonso, Maria Luiza Conde Villaverde e Antonia Heredia Herrera, estão aplicando os mesmos princípios, primeiramente, nas tarefas da classificação e depois, na avaliação de documentos.

O termo identificação começa a ser usado indistintamente pela área, ora associado a funções específicas, ora designando uma função independente no tratamento documental.

Celina Moreira Franco, na apresentação do Manual de Identificação de Documentos (1985, p.6), chama a atenção para a importância da aplicabilidade do modelo e da reflexão teórica sobre seus resultados, no sentido de construir uma tradição arquivística, onde, somente "a diversidade das experiências desenvolvidas em outros arquivos permitirá consagrar uma metodologia brasileira para uma realidade brasileira".

Embora, o tema tenha sido inicialmente amplamente discutido pela área e em nível internacional este debate tenha avançado, aqui no Brasil, o assunto não foi suficientemente discutido e permanece uma longa lacuna de produção teórica sobre o assunto.

Neste contexto, algumas questões inéditas se colocam para discussão e merecem aprofundamento em suas análises:

- É possível reconhecer a identificação como função independente, e neste sentido utilizar os padrões estabelecidos no ensino da arquivologia?
- Podemos falar de uma metodologia de identificação, especificamente brasileira, que mereça uma sistematização dos métodos e instrumentos elaborados, a exemplo do que vem fazendo a Espanha?

A necessidade da pesquisa sobre a gênese do fundo, sobre o estudo dos caracteres internos e externos do documento e de sua correta inserção no contexto de produção, como fundamento para tratá-lo tecnicamente, não é novidade teórica e a literatura registra um século de discussões sobre o tema.

O aspecto relevante desta proposta reside no fato da identificação ser, atualmente, reconhecida como uma função autônoma por uma corrente de teóricos espanhóis, os quais apresentam os objetivos e resultados, o método de análise e

instrumentos próprios e expressam, sobretudo, preocupações quanto à normalização. Entretanto, esta concepção não é aceita de forma consensual na área, merecendo uma análise mais detalhada quanto à utilização do termo e abrangência do conceito proposto nas tradições arquivísticas dos países que a formularam e dos autores que os referenciam em suas obras.

Esta pesquisa tem por objetivo lançar bases teóricas para caracterizar a identificação como função independente no âmbito da metodologia arquivística, sistematizando-a na perspectiva da tradição arquivística brasileira. Nesta perspectiva, aliará uma dimensão teórica a uma dimensão aplicada. Do ponto de vista teórico, busca-se especificamente analisar a dimensão conceitual da identificação no contexto das metodologias arquivísticas e sistematizar os procedimentos típicos destas fases, servindo como referencial metodológico para a realização de praticas arquivísticas desenvolvidas no Brasil. Na dimensão aplicada, tem por objetivo desenvolver estudos de caso de identificação arquivística no âmbito de programas de gestão de documentos e tratamento de massas documentais acumuladas em arquivos, verificando a aplicabilidade dos princípios teóricos e metodológicos da identificação.

Como estudo de caso vem sendo desenvolvido o projeto de pesquisa "Identificação arquivística: utilizando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Rio de Janeiro". Neste estudo, serão aplicados os parâmetros da diplomática contemporânea para a identificação da tipologia documental objetivando a normalização de procedimentos para classificar e avaliar os documentos das Secretarias de Fazenda e de Planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Projeto de Gestão de Documentos (PGD), através de parceria institucional estabelecida entre o Arquivo Público do Estado / Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense.

Recortes temáticos dessa pesquisa vêm sendo abordados no âmbito de projetos de TTC em Arquivologia, PIBIC e do Mestrado em Ciência da Informação da UFF, integrando a produção do Grupo de Pesquisas "Gênese Documental Arquivística", UFF/CNPq. Integram o grupo, pesquisadores e alunos do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (Mestrado) e do Curso de Graduação em Arquivologia da

UFF, que desenvolvem pesquisa de TTC e Iniciação Científica (PIBIC), além de técnicos da área de Gestão de Documentos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e da Casa Civil do Governo do Rio de Janeiro, que atuam no PGD RJ.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção teórica do conceito de identificação, observa-se que na Espanha, o processo pressupõe duas fases de levantamento de dados que se complementam para a realização da pesquisa, o órgão produtor e as tipologias documentais produzidas. No Brasil, as metodologias formuladas apontam mais um elemento a ser contemplado na identificação, muito presente na preocupação dos autores brasileiros, mas que não se encontra na tradição arquivística espanhola: o depósito de documentos como objeto de identificação para fins de implantação de sistemas de arquivos, aspecto típico da tradição construída no país.

Na Espanha, um país de arquivística notadamente influenciada pela diplomática, o termo *tipo documental* vem sendo tradicionalmente usado na área para designar o documento de arquivo, embora seu uso seja típico da diplomática, No Brasil nem todos os processos de identificação chegaram o nível da identificação do documento e nas propostas que expressam esta preocupação, se comparadas entre si, observa-se uma disparidade de critérios usados para identificá-los. Este aspecto pode ser constatado na diversidade de modelos e de parâmetros usados nos modelos de identificação desenvolvidos no país.

No Brasil a profusão de modelo e parâmetros conceituais usados para identificar documentos de arquivos, se explica pela ausência de preocupações quanto à padronização, questão que não vem sendo priorizada pela área. Esta situação se agrava diante da confusão terminológica e conceitual gerada pelo uso inadequado do termo *assunto* pelos arquivistas brasileiros e, sobretudo, da compreensão que se tem sobre ele, para identificar e denominar o documento de arquivo. Diferente da Espanha, que expressando preocupação com a normalização de parâmetros para compreender e tratar os documentos de arquivo, através da tipologia documental, alcançou significativos resultados teóricos e práticos no campo da *identificação* que destacaram o país no cenário arquivístico internacional. O tema da identificação de

tipos documentais vem sendo discutido no país no âmbito de vários grupos profissionais. É na reflexão conjunta de dados identificados na tipologia documental de sistemas administrativos que os unem, que os arquivistas espanhóis encontraram a fórmula para a definição de requisitos normativos de gestão documental, seja em ambiente eletrônico ou convencional.

Nessa perspectiva, espera-se que os resultados de padronização de procedimentos arquivísticos alcançados no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-Rio), passem a servir de referencial para outras administrações públicas brasileiras, ressaltando a cooperação institucional como estratégia para o desenvolvimento da arquivologia brasileira.

Como docente na graduação de Arquivologia e pós-graduação do Departamento de Ciência da Informação espera-se ainda despertar o interesse científico dos alunos para recortes temáticos desta pesquisa, desenvolvidos em nível de TCC, Iniciação Científica e Mestrado, cujos resultados obtidos como produto destas reflexões possam trazer novos elementos para sistematização das tarefas arquivísticas realizadas nos parâmetros do rigor científico.

REFERÊNCIAS

ALBERCH i FUGUERAS, Ramón. **Los archivos, entre la memória histórica y la sociedad del conocimiento.** Barcelona: Editorial UOC, 2004.

ARQUIVO NACIONAL. **Identificação de documentos em arquivos públicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. (Publicações Técnicas, 37)

ARQUIVO NACIONAL. **Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. (Publicações Técnicas, 40)

ARQUIVO NACIONAL. **Manual de levantamento da produção documental.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986. (Publicações Técnicas, 44)

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Identificação de fundos. In: **Arquivos permanentes; tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

_____. Tipologia documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal.** São Paulo, n. 195, p. 9-17, 1982.

_____. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Arquivo de Rio Claro.** Revista do Arquivo do Município de Rio Claro. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, n.1, p.4-15, 1990.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord). **Diagnóstico dos arquivos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Centro de Apoio a Pesquisa em História / Departamento de História / FFLCH-USP, 1996. (Instrumentos de Pesquisa)

CARMONA MENDO, Concepción. Consideraciones sobre el metodo en archivistica. In: **Documenta & Instrumenta**. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. 1, p. 35-46, 2004. Disponível em <http://www.ucm.es/info/documen/htm/default.htm>. Acesso em: 31 ago. 2005.

CARUCCI, Paola. Génesis del documento: redacción, clasificación y valor Jurídico. **Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo**. Carmona: S&C Ediciones / Universidad International Menéndez Pelayo, 1994.

_____. **Il documento contemporaneo:** diplomatica e criteri di edizione. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1987.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa et al. La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamerica: identico tratamiento para una misma realidad. Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación y Valoración de Fondos Documentales de las Administraciones Publicas, 1991. **Actas …**Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1992.

_____. **Manual de tratamiento de archivos administrativos**. Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministério de Cultura, 1992.

DICCIONARIO de Terminologia Archivística. Madrid: Ministerio de Cultura / Dirección de Archivos Estatales, 1993.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DUPLÁ DEL MORAL, Ana. **Conceptos básicos**. Subdirección General de Archivos de la Comunidad de Madrid. Disponível em: <http://www.madrid.org/clasartes/archivos/conceptos/conceptos.html>. Acesso em: 16 set. 2005.

DURANTI, Luciana. **Diplomatica: nuevos usos para una antigua ciencia.** Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucia, 1995.

_____. The archival bond. **Archives and Museum Informatics.** Vancouver: Kluwer Academic Publishers, v.11, p. 213–218, 1997.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **El principio de procedência y los otros princípios de la archivistica.** São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003. (Scripta, 5)

LA TORRE MERINO, José Luis & MARTÍN-PALOMINO y BENITO, Mercedes. **Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales.** Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes. S.G. de Información y Publicaciones, 2000. (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales)

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. Identificación y valoración de documentos en España a partir de 1975. In: **Anales de Documentación.** Revista de Biblioteconomia y Documentación. Murcia: Servicio de Publicaciones / Universidad de Murcia, v. 1, 1998, p. 75-97.

Disponível em : <http://www.um.es/fccd/anales/ad01/ad0106.html>. Acesso em: 19 abr. 2005.

_____. Los archiveros y sus investigaciones. **Métodos de Información.** v. 5, n. 22-23, 1998, p.37-43. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00001743>. Acesso em: 20 set. 2005.

MACNEIL, Heather. **Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives**. Vancouver: Kluwer Academic Publishers, 2000.

MOLINA NORTES, Juana y LEYVA PALMA, Victoria. **Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa.** Guadalajara: ANABAD, 1996. (Textos de ANABAD Castilla – La Mancha, 2)

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.** 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 26 set. 2010.

_____. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. **Cadernos de Estudos Municipais,** Portugal, v.17/18, jun./dez., 2005.